

ABORDAGEM CONTINGENCIAL DOS DETERMINANTES QUE INFLUENCIAM OS NÍVEIS DE PRÁTICAS DE GESTÃO DE RISCOS NOS ÓRGÃOS E NAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Almir de Oliveira Junior

Técnico de planejamento e pesquisa na Coordenação de Pós-Graduação e Capacitação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (COPGC/Ipea).

Alexandre de Sales Lima

Auditor federal de finanças e controle da Controladoria-Geral da União (CGU); e mestre em políticas públicas e desenvolvimento pelo Ipea.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2908-port>

A administração pública brasileira adotou a gestão de riscos (GR) como prática de boa governança, e a obrigatoriedade de sua implementação contempla todos os órgãos e entidades do Poder Executivo federal, com ampla difusão de normativos e manuais que abrangem também os demais poderes e níveis federativos. Com base em dados secundários provenientes de várias fontes (como o Tribunal de Contas da União – TCU –, o Sistema de Administração Financeira e Controle – Siafi – e o Portal da Transparência) e no exercício de 2018, o objetivo deste estudo foi verificar empiricamente quais fatores influenciam o nível de práticas de GR, a partir da abordagem da Teoria Contingencial (TC). Esta preconiza que há diversos fatores que podem influenciar o nível das práticas gerenciais adotadas nas empresas e órgãos públicos. Os fatores abordados foram a estrutura, o tamanho e a estratégia dos órgãos.

Como a pesquisa sobre o tema ainda é pouco explorada e, em sua grande maioria, apenas focada nos riscos relacionados às finanças ou no processo de gerenciamento de riscos em si, a relevância desta pesquisa se justifica não apenas pelo considerável espaço que a GR atualmente alcançou no debate do setor público no Brasil, como também pela possibilidade de

avançar no campo que investiga quais fatores influenciam os níveis de práticas de GR das organizações públicas. Sua compreensão pode contribuir para que as organizações alcancem níveis otimizados de desempenho.

Os resultados encontrados demonstraram que os níveis de práticas de GR são influenciados de forma significativa pelo estabelecimento da estratégia organizacional. Esse dado pode contribuir para o aperfeiçoamento dos programas de GR nas instituições brasileiras, deixando como reflexão para os responsáveis pelo processo de gerenciamento de riscos no âmbito governamental que, sem o cumprimento de uma etapa anterior essencial, o estabelecimento claro e transparente da missão e sem objetivos estratégicos dos órgãos, não é possível minimizar riscos e aprimorar os processos que levam a melhores resultados dos serviços públicos.